

DESIGUALDADES DURADOURAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: PROCESSOS DE VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

JANE FELIPE BELTRÃO¹ & PAULA MENDES LACERDA²

A coletânea é fruto da pesquisa *Desigualdades, violências e violações de direito na Amazônia contemporânea*, coordenada pela Profa. Jane Felipe Beltrão da Universidade Federal do Pará (UFPA) e vice-coordenada pela Profa. Paula Mendes Lacerda da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Edital N°. 12/2015 Memórias Brasileiras/ Conflitos Sociais. O projeto apoiou atividades de pesquisa, docência, formação de recursos humanos e difusão científica entre 2016 e 2019 a respeito de “casos” e “processos” sociais relacionados a violências e violações de direito em perspectiva histórica, antropológica, sociológica e arqueológica em diferentes regiões da Amazônia brasileira. A publicação que ora divulgamos consolida alguns desses resultados.

A equipe inicial da pesquisa foi composta, além das coordenadoras, pelas professoras Manuela Cordeiro da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Katiane Silva (UFPA), pelo professor Rhuan Carlos Lopes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), então

1 Antropóloga, historiadora, professora titular, docente permanente dos programas de pós-graduação em Antropologia (PPGA) e Direito (PPGD) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e docente colaboradora do Programa de Antropologia Social (PPGAS) da Universidade de Mato Grosso do Sul (UFMS). Bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nível 1B. E-mail: janebeltrao@gmail.com.

2 Antropóloga e professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Procientista, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nível 2 e Jovem Cientista do Nosso Estado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Email: lacerdapaula@gmail.com

bolsista de pós-doutorado apoiado por meio de bolsa CAPES concedida no âmbito do projeto e vinculada à UERJ, e por Bruno Pacheco de Oliveira do Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (LACED) do Museu Nacional (MN) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como pesquisador de doutorado. Viviane Heringer Tavares e Gabriela Amphilóphio, então estudantes de graduação da UERJ, foram bolsistas de Iniciação Científica no âmbito do projeto, com financiamento CAPES. Outras parcerias foram estabelecidas ao longo do projeto, cumprindo o objetivo de ampliação da rede de pesquisadoras/es³ sobre os temas relacionados às violências e às violações trabalhados em nossa proposta. Dessa maneira, a coletânea comporta ainda o resultado de outros objetivos relacionados à investigação, para além de nossos objetivos específicos de pesquisa.

Nossa perspectiva em torno das violências e das violações que ocorrem em diferentes partes da Amazônia está relacionada à durabilidade e persistência de conflitos causados pela aplicação de práticas e estruturação de projetos realizados de maneira pouco dialógica, para não dizer autoritária, em desfavor dos povos e das populações que tradicionalmente habitam – e mais do que isso, fazem – a região. Nesse sentido, a ação colonial sobre a Amazônia praticou genocídios e produziu etnocídios além de instituir as bases para um imaginário, ainda persistente e potente, sobre o suposto “atraso” da população nativa, “vazio” da região como um todo, “difícil” acesso, entre tantas outras visões racistas. Quando nos referimos à ação colonial, sem dúvida nos referimos aos períodos entre os séculos XVI e XIX, mas também a outras investidas de feições coloniais praticadas em períodos mais recentes, surgidas tanto no bojo de regimes autoritários quanto nos anos de democracia. Assim, apontamos e denunciemos os processos políticos realizados de maneira vertical, autoritária e sem diálogo com a população local.

Construções de megaprojetos de desenvolvimento sobre territórios tradicionais e distribuição de terras a grandes latifundiários são apenas alguns

³ Usa-se das duas flexões da Língua portuguesa: feminino/masculino para ambientar olhos e ouvidos de leitoras/res às novas formas de tratamento que as mulheres exigem para si. Entretanto, as/os autoras/es dos capítulos que compõem a coletânea seguem caminhos diversos.

dos processos sociais e políticos que historicamente se repetem na Amazônia e resultam em violências de natureza diversa como deslocamentos forçados, assassinatos de lideranças, massacres no campo, exploração sexual infantil, entre muitas outras mazelas. Tanto os megaprojetos, quanto a distribuição de terras realizada segundo critérios elitistas ou mesmo racistas, como foi feito em várias partes da Amazônia, relacionam-se às perspectivas centrais do colonialismo: a/o “outra/o” é visto como insuficientemente civilizada/o, precariamente desenvolvida/o e não-socializada/o com o mundo das leis, precisando ser conduzida/o, desenvolvida/o e socializada/o por aquelas/es que se julga/m mais civilizadas/os, mais brancas/os, mais masculinos.

Dessa maneira, a compreensão de que uma usina hidroelétrica pode levar o desenvolvimento para uma cidade “pobre” e “subdesenvolvida”, assim como os “patrões” no Rio Negro levam “oportunidade” de trabalho à população local, são visões coloniais que apoiam práticas violadoras de direitos (à moradia, à vida, ao trabalho digno) e garantem a continuidade de representações sobre territórios e populações que são, em si mesmas, violações à dignidade e à liberdade. As violências, de longa duração, resultam frequentemente em episódios de agudização dos conflitos, quando ocorrem mortes e massacres, como o Massacre de Eldorado dos Carajás e o Massacre de Pau-D’arco, referidos em capítulos da presente obra. Assim, a perspectiva que adotamos ao longo da investigação, compartilhada pelas/os autoras/es convidadas/os a apresentarem seus textos, é que violências e violações são processos históricos que ocasionalmente chegam a um ápice que, paradoxalmente, é o que acaba conferindo alguma atenção às desigualdades duradouras, ainda que sob custo elevadíssimo de mortes brutais. E, como se verá, quase sempre os efeitos são instáveis e efêmeros.

Por outro lado, tais processos não ocorrem sem a resistência e a reação de coletivos, movimentos, sindicatos, lideranças de diversos lugares, histórias e trajetórias. Por isso, em toda a nossa pesquisa sobre violências e violações, incluímos as/os sujeitos que as experienciaram e que a elas fizeram e fazem frente. Nesse sentido, nosso trabalho, mais do que “dar voz” a mulheres, indígenas, jovens, sindicalistas, agentes pastorais, lideranças de diversos cam-

pos de atuação, é “ouví-los”, pois acreditamos que voz nunca lhes tenha faltado. Mais do que interlocutores, essas pessoas são parceiras da pesquisa, às quais dedicamos nossos trabalhos. Nos interessa compreender transformações no campo dos movimentos sociais, as ferramentas e as estratégias utilizadas para unir o movimento, realizar assembleias, organizar protestos, fazer a luta. Desse modo, apresentamos a perspectiva de que se as violências e violações têm causas historicamente mapeáveis, as resistências são também historicamente constituídas. Ou seja, a perspectiva histórica permite compreender as transformações e as reações no campo dos movimentos sociais que constroem a Amazônia, resistem aos conflitos, produzem e reproduzem formas de viver a cada dia.

A coletânea é composta por 11 artigos, organizados em torno de três eixos principais. No primeiro deles, intitulado *Os fios do presente no passado*, são apresentados dois artigos. O primeiro deles, de autoria de Patrícia Alves-Mello, denominado *Hierarquizando cidadãos livres: algumas experiências de africanos e índios na Amazônia oitocentista* discute a cidadania restrita a africanas/os e indígenas, de quaisquer etnias, cujos direitos eram precarizados pelos “donos do poder”. A autora aponta com propriedade a “indiscutível ilegalidade da escravidão” que produzia, no passado, uma zona de sombra entre a escravidão e a liberdade que imputava as/aos africanas/os desembarcadas/os ilegalmente no Brasil Imperial um não lugar, vivendo o dilema de ser e não ser cidadã/ão, dada as circunstâncias políticas que produziam a cidadania restrita. A escolha do capítulo de abertura do livro prende-se a uma semelhança entre o passado e o presente quando pessoas em geral negras e indígenas convivem com trabalhos assemelhados à condição de escravas/os, permanências de longa duração das desigualdades na Amazônia brasileira.

O segundo capítulo, elaborado por Rhuan Carlos dos Santos Lopes e denominado *Arqueologia, licenciamento ambiental e diversidade: os entendimentos sobre patrimônio em Altamira - PA*, traz a lume as pesquisas arqueológicas na região do médio e alto rio Xingu, demonstrando que as mesmas remontam à década de 1970, que àquela altura, não possuíam vinculação com o licenciamento ambiental. Entretanto, o desembarque autoritário dos estudos de

viabilidade técnica e econômica da Usina *Kararaô*, que após muitos conflitos transforma-se Belo Monte, nos anos 90 do século passado, apontam mudanças que dizem respeito ao patrimônio cultural dos povos da região, que agora vem acompanhado da atualização de movimentos sociais engajados na luta pelos seus projetos políticos e patrimoniais próprios.

O segundo eixo, *Entre a tradição e a mudança* compreende três capítulos. *Conhecimentos e saberes nas Amazônia: vinculações e articulações*, escrito por Camille Gouveia Castelo Branco Barata e Jane Felipe Beltrão demonstra como o conhecimento pautado na tradição e “na inteligência” pode alicerçar os múltiplos saberes de povos e populações tradicionais, pois não é apenas a escolaridade que proporciona conhecimentos, na Amazônia é impossível deixar de conhecer as vivências, os saberes, as práticas que existem e fazem parte da dinâmica social cotidiana, em que pese as violências, a luta pela autonomia é a ordem do dia! As autoras produzem o capítulo considerando os registros e as observações de campo apontando que o “pouco estudo” de alguns pode se superado pela “inteligência” de muitos.

Rosani de Fatima Fernandes trabalha, no capítulo sob sua responsabilidade, o *Protagonismo indígena na construção da Educação Escolar Indígena no Sudeste paraense*, a intelectual indígena, companheira de inúmeras jornadas, traz consigo para o livro suas experiências como educadora indígena, testemunha que é dos processos educacionais inscritos dentro de uma perspectiva indígena de transformar a imposição da educação escolar indígena pelas não-indígenas, em proposição diferenciada etnicamente, sem perder a sintonia com os novos desafios que se apresentam para os povos indígenas no sul e sudeste do Pará.

O capítulo sobre *Os desafios da participação comunitária de jovens indígenas na Amazônia*, de autoria de Assis da Costa Oliveira trabalha com pessoas indígenas jovens apontando as trajetórias e as estratégias de formação, participação e luta por direitos mantidas pelos coletivos indígenas. O autor utilizou-se da legislação vigente, de documentos indígenas e não indígenas que subsidiam o acompanhamento que fez dos eventos relativos à reunião das/os jovens que, aos poucos, vão conquistando em um mundo pautado pelo

adultocentrismo e, no caso da Amazônia pelas colonialidades, constroem os caminhos possíveis para a manutenção dos direitos dos povos indígenas no Brasil racista.

Por fim, o terceiro e último eixo, *A dinâmica de conflitos e mobilizações sociais* inicia com o capítulo escrito por Paula Lacerda sobre *Mobilização social e projetos de desenvolvimento: reflexões a partir de Altamira e região*, tomando o processo de implementação de Belo Monte como propulsor de inúmeras transformações, inclusive no âmbito da mobilização social de uma região em que atividades reivindicatórias possuem um longo histórico, a autora discute em perspectiva etnográfica, processos de organização observados em quatro novas frentes. Segundo a autora, as novas frentes são: a proliferação recente de coletivos e movimentos de atuação universitária, o surgimento de novas alianças e novos movimentos em face à violência urbana, as novas práticas e ações apresentadas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e a articulação recente da nova direita altamirense.

O capítulo seguinte, *Discursividades em disputa: O caso de sobreposição na TI Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia*, de autoria de Manuela Cordeiro, descreve e analisa o conflito relacionado à sobreposição entre parte da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau e lotes do PAD Burareiro, como também verifica a existência e as origens de novos conflitos nessa mesma área. Partindo de material da imprensa e de extensas entrevistas, a autora realiza uma imersão em representações e discursividades que estão diretamente associadas às práticas que explicam e justificam ações na região, como o “vazio demográfico”, “terra de pioneiros” e, mais recentemente, “espaço multicultural”.

Elieyd Menezes escreve o capítulo intitulado *Processo de judicialização das relações de trabalho escravo nos piaçabais no rio Negro: violações de direitos e violências cotidianas*, e produz uma descrição densa de conflitos relativos ao processo de judicialização das denúncias sobre trabalho escravo no Rio Negro, especificamente nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos, no estado do Amazonas. Partindo da etnografia de documentos, mas também de entrevistas e trabalho de campo, a autora tece as diferentes temporalidades, as permanências e as transformações no uni

verso de relações de trabalho violentas e assimétricas, alcançando os diferentes pontos de vista, tanto dos agentes diretamente envolvidos nessa relação, quanto de agentes do estado encarregados de tratar das denúncias de crimes e violações de direito. No capítulo, a descrição de processos sociais de longa duração como as relações de trabalho nos piaçabais é concomitante à descrição de eventos pontuais, como as denúncias e os processos investigativos, que nem sempre produzem os efeitos esperados, no sentido da garantia dos direitos correspondentes, mas são capazes de rearranjar as relações sociais entre os agentes envolvidos.

Na sequência, temos o capítulo de Igor Rollemberg, denominado *Mobilização social, reforma agrária e seus impasses no sul e sudeste paraense*, que trata das transformações no processo de mobilização social em torno do acesso e repartição de terras na região do sul e sudeste do Pará a partir de entrevistas e extenso trabalho de campo junto a agentes da Comissão Pastoral da Terra das cidades de Marabá e Xinguara. A noção de “fragilização da luta”, expressa pelas/os atoras/es envolvidas/os na investigação, tem espaço central nas análises do pesquisador que interroga: como agentes da CPT explicam esse processo? Por meio de qual historicização dos acontecimentos e dos processos essas/es agentes constroem suas narrativas? Analisando o cenário em transformação, o autor logra apresentar uma análise sobre o papel das/os mediadoras/es do catolicismo social na organização da mobilização social numa região marcada, ao mesmo tempo, pelo maior número de assentamentos de reforma agrária no Brasil e pelo maior número de assassinatos de lideranças. A conexão entre esses dois elementos, como o autor apresenta, é fundamental para a compreensão do universo de sua pesquisa.

O capítulo de autoria de Katiane Silva, Luana da Silva Cardoso e José Moisés de Oliveira Silva, intitulado *Entre a soja e a floresta: a resistência Munduruku e conflitos sociais pelo uso do território no planalto santareno, PA* é em etnografia acerca da resistência baseado *Munduruku* no Baixo Amazonas e entrelaça dois contextos ou modalidades de exploração territorial e econômica diferentes: a extração do látex e, mais recentemente, a monocultura da soja. No capítulo, as/os autoras/es entrelaçam os fios das práticas estatais do

passado e do presente em torno da distribuição de terras e demais benefícios e direitos a pessoas “de fora” – americanos ou “gaúchos” – sob a falsa crença (ou intenção) de que, com isso, “desenvolveriam” a região. O processo de configuração territorial é apresentado a partir do ponto de vista dos *Munduruku* acerca das lutas e resistências às modalidades de gestão territorial e populacional estatal.

Encerrando a coletânea, temos o capítulo *Massacre de Eldorado dos Carajás: memória de sangue*, escrito por Vinícius da Silva Machado e Jane Felipe Beltrão, contrariando o que diz o senso comum que “brasileiro não tem memória”, os autores se dedicam a partir de entrevistas e documentos a apresentar a memória coletiva sobre o Massacre que ceifou a vida de 21 homens do Movimento dos Sem-Terra (MST), embora a história oficial só admita 19 mortos. Muitos são os sobreviventes e muitas são as desaparecidas, sobre as quais não há referências, mas das quais uma das interlocutoras não se cansa de problematizar. A memória dos sobreviventes transformou o local do Massacre em um espaço pedagógico, no qual os participantes, testemunhas ou não da violência, repetem ano após ano ritual de rememoração de suas perdas, demonstrando aos mais jovens como manter a chama da luta por direitos, ensinando-os que sem luta diuturna nada se consegue. Em 2020, a cerimônia não se realizou por conta da pandemia relativa ao COVID-19, mas as “trombetas soaram”, rompendo o silêncio e apontando, uma vez mais as desigualdades.

Ao escrever o livro *Violências versus Resistências: desigualdades de longa duração na Amazônia brasileira* com diversas/os autoras/es se procura oferecer a/ao leitora/r a compreensão das tramas que, na Amazônia brasileira, quando ecoa traz a lume os conflitos e permite “ver” as desigualdades que as referidas tramas tentam silenciar. Portanto, na Amazônia em qualquer espaço social há não lugares para os cidadãos que continuam a ter os direitos restringidos, mas a intensa luta política se recusa a silenciar os efeitos sociais das desigualdades, hoje com ontem, os agentes sociais locais e seus aliados continuam a luta e respondem presente à busca de direitos.